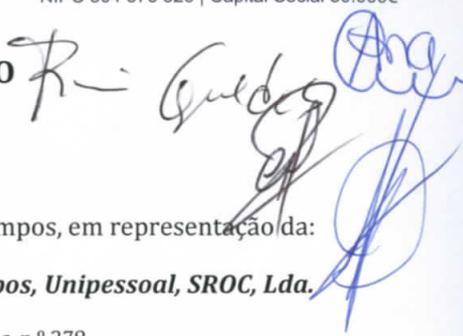


**DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO**


Ao revisor/auditor:

Dr. António Vítor de Almeida Campos, em representação da:

**António Vítor de Almeida Campos, Unipessoal, SROC, Lda.**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 278

Sernancelhe, 20 de maio de 2013

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras da Sociedade **ESPROSER - ESCOLA PROFISSIONAL, S.A.** as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 977.273 euros e um total de capital próprio de 532.099 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 46.980 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas, as Demonstrações dos Fluxos de caixa e das Alterações no capital próprio, do período findo naquela data, e o correspondente Anexo, conducentes à respetiva Certificação Legal das Contas.

**A) Demonstrações Financeiras e Registos Contabilísticos**

1. Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.
2. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.
3. Cada componente das demonstrações financeiras está adequadamente classificado, descrito e divulgado de acordo com as Normas emanadas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com a exceção do exposto nos parágrafos 7 e 8 da Vossa Certificação Legal das Contas do período de 2012.
4. Como membros do Órgão de Gestão, acreditamos que a Empresa possui um sistema de controlo interno adequado para permitir a preparação de demonstrações financeiras fiáveis de acordo com as Normas emanadas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

**B) Fraudes e Erros**

1. Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a implementação e manutenção de um sistema de controlo interno que previna e detete fraudes e erros.
2. É completa a informação que vos foi prestada sobre os resultados que obtivemos na nossa avaliação do risco das demonstrações financeiras estarem materialmente afetadas em consequência de fraudes.
3. Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes, suspeições ou outras alegações de fraude das quais tivemos conhecimento e que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo membros do Órgão de Gestão, diretores ou empregados.

**C) Cumprimento de Leis e Regulamentos**

1. É completa a informação que vos foi prestada sobre todas as situações conhecidas e possíveis de incumprimento com leis e regulamentos, cujos efeitos foram tidos em consideração na preparação das demonstrações financeiras.
2. A Empresa cumpriu as obrigações decorrentes de contratos e de disposições legais e regulamentares e não houve incumprimento com os requisitos de entidades reguladoras, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
3. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais, não tendo a Empresa dívidas ao Estado nem à Segurança Social em situação de mora. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidos ou não, diferidos ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Adicionalmente, todas as notificações judiciais para retenção do valor de créditos sobre terceiros foram comunicadas aos serviços e estão a ser integralmente e adequadamente cumpridas.
4. Reconhecemos a nossa responsabilidade quanto à utilização consistente dos critérios de reconhecimento de impostos, bem como quanto ao cálculo da estimativa de imposto sobre o rendimento.
5. Estamos também conscientes da nossa responsabilidade quanto à concretização dos planos relativos a impostos a pagar no futuro, para os quais utilizamos as melhores estimativas possíveis, baseadas na informação disponível.

6. Foi-vos dado conhecimento de todas as opiniões de natureza fiscal, correspondência com as autoridades fiscais, ou outra informação apropriada para servir de suporte à contabilização de matérias potencialmente materiais.
7. Temos conhecimento que não procedemos à preparação e aprovação do relatório de gestão e os demais documentos da prestação de contas, dentro período legal definido pelo nº 5, do artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais.

#### D) Totalidade da Informação

1. Colocámos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros considerados relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, assim como toda a correspondência relevante e as atas de todas as reuniões, incluindo os resumos dos assuntos discutidos nas atas mais recentes dos Acionistas e dos órgãos sociais.
2. Não existem transações materiais que não tenham sido adequadamente reconhecidas nas demonstrações financeiras e foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras, não tendo sido praticados ou omitidos quaisquer factos, realizadas operações ou assumidos compromissos, afetando ou não o património da Empresa, que não tenham sido transmitido aos serviços competentes para o devido registo contabilístico ou de outra natureza.
3. É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes relacionadas, e sobre as transações realizadas com as partes relacionadas, incluindo vendas, compras, empréstimos, transferências de ativos fixos tangíveis, serviços, leasings, garantias, trocas de ativos e passivos, doações, durante o período em referência, tal como os saldos correspondentes em 31 de dezembro de 2012. Os saldos e transações encontram-se adequada e integralmente divulgados no Anexo. Para este efeito, entendemos como partes relacionadas segundo a qual uma parte está relacionada com uma Empresa se (NCRF 5):
  - (a) direta, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, a parte:
    - (i) controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum da Empresa;
    - (ii) tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a Empresa;
  - ou
  - (iii) tiver um controlo conjunto sobre a Empresa;

- (b) a parte for uma associada da Empresa;
- (c) a parte for membro do pessoal chave do Órgão de Gestão da Empresa ou da sua Empresa-mãe;
- (d) a parte for membro íntimo da família de qualquer indivíduo referido nas alíneas (a) ou (c);
- (e) a parte for uma Empresa sobre a qual qualquer indivíduo referido nas alíneas (c) ou (d) exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa ou que possui, direta ou indiretamente, um significativo poder de voto ;

4. Foi-vos proporcionado obter informação de todas as pessoas da Empresa que consideraram relevantes para obter evidência de auditoria.
5. Não existem despesas escrituradas que representem encargos não devidamente documentados.

**E) Reconhecimento, Mensurações e Divulgações**

1. Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afetar os saldos ou a classificação de ativos ou passivos constantes das demonstrações financeiras.
2. Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros. Para este efeito, nomeadamente, tomámos em consideração as informações prestadas pelos advogados e confirmamos que é completa a lista que vos foi fornecida sobre todos os advogados (dentro e fora do território nacional) com quem a Empresa tem relações. Confirmamos que o nosso único advogado o Sr. Dr. Rafael Vale e Reis.
3. Foram-vos divulgados e a Empresa cumpriu com todos os aspetos contratuais dos acordos que poderiam ter um efeito material em caso de incumprimento, incluindo todos os compromissos, condições ou outros requisitos de todos os saldos em dívida.
4. Temos conhecimento que não procedemos ao reconhecimento do subsídio à exploração de acordo com as Normas emanadas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), bem como, à contabilização dos gastos com férias, subsídio de férias e encargos com o pessoal.

**F) Titularidade dos Ativos**

1. Exceto para os bens em regime de locação financeira, a Empresa detém a titularidade de todos os ativos registados no Balanço e não existem ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo. Todos os ativos detidos estão apresentados no Balanço.
2. Todos os acordos e opções de recompra de ativos previamente alienados estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras.
3. Não temos projetos ou intenções, nem planos de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções que possam conduzir à obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
4. Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
5. A empresa não detém qualquer conta bancária além das evidenciadas no balancete final do período findo em 31 de dezembro de 2012.

#### G) Passivos e Contingências

1. Todos os passivos e contingências, incluindo os associados com garantias, escritas ou verbais, foram-vos comunicados.
2. É completa a informação que vos foi prestada sobre todas as reclamações pendentes e possíveis, mesmo aquelas que não foram ainda discutidas com o nosso advogado.
3. Registámos ou divulgámos, adequadamente, todos os passivos presentes e contingentes.
4. Para além dos factos registados na contabilidade e divulgados no Anexo, não temos conhecimento de violações ou possíveis violações que devam ser registados e divulgadas como passivos e perdas contingentes, respetivamente, nem de quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados, ações judiciais pendentes ou impugnações judiciais.
5. Não temos conhecimento de situações, ainda que eventuais, de não-cumprimento com os requisitos impostos por entidades reguladoras ou governamentais, nem trocámos correspondência com essas entidades relativa a eventuais investigações ou alegações de não cumprimento.



6. Foi-vos prestada toda a informação relativa a passivos ou contingências resultantes da não aplicação de legislação específica do setor.

#### H) Capital Próprio

1. Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
2. Os movimentos nas rubricas de "Capitais próprios" cumprem com as condições impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente quanto, às limitações à distribuição de bens aos sócios (Art.32º), e lucros e reservas não distribuíveis (Art.33º).

#### I) Compromissos de Compras e Vendas e Condições de Venda Especiais

1. Todas as perdas decorrentes de compromissos assumidos com compras e vendas futuras estão adequadamente registadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.
2. Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa não assumiu quaisquer compromissos ou obrigações contratuais que não estejam relacionados com o curso normal dos negócios e que possam ter um efeito negativo para a Empresa (compras ou vendas abaixo de preços de mercado; compromissos para aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos; compromissos relativos a taxas de câmbio; créditos documentários; compromissos de compras de quantidades excessivas face ao normal ou a preços mais elevados face às condições normais de mercado; incapacidade de satisfazer as vendas contratadas).

#### J) Continuidade Operacional

1. Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações.
2. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

#### K) Eventos Subsequentes

1. Não se verificaram acontecimentos subsequentes ao período em referência que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.

Pelo Órgão de Gestão:



Ana Isabel Brás Chaves - Pres. Cons. Administração

*Rui Jorge do Carmo Guedes*

Rui Jorge do Carmo Guedes - Vogal

*Antonio Jorge Ribeiro de Figueiredo*

Antonio Jorge Ribeiro de Figueiredo - Vogal

O Técnico Oficial de Contas:

*Carlos Manuel da Silva Pereira*

Carlos Manuel da Silva Pereira - TOC nº 55.091

*Handwritten signature*  
*R. Guedes*

Relatório &  
Contas - 2012



---

**ESPROSER – ESCOLA PROFISSIONAL, S.A.**



**Índice:**

*1-Relatório de gestão*

*2-Demonstrações financeiras*

*3-Anexo às demonstrações financeiras*



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
R. Guedes

**1 – Relatório de Gestão**



## 1. INTRODUÇÃO

A ESPROSER-Escola Profissional, S.A., com sede social em Sernancelhe, com o capital social de 50.000,00 €, tem como atividade principal a promoção da qualificação e formação profissional através da exploração do estabelecimento de ensino "Escola Profissional de Sernancelhe". O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2012.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da ESPROSER-Escola Profissional, S.A., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

## 2. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

De acordo com a generalidade dos analistas, a desejada recuperação da economia mundial tem sofrido alguns retrocessos, levando a alguma incerteza no que respeita às perspetivas de médio prazo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias avançadas não terem vindo a restabelecer a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Os grandes erros da política fiscal dos EUA também têm contribuído para a preocupação dos investidores.

### 2.1. A Nível Internacional e Europeu

A atividade económica a nível mundial, de acordo com o FMI, terá registado em 2012 um crescimento positivo de cerca de 3,2%, sendo que o PIB das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,3%, contra os 5,1% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um crescimento na ordem dos 2,3% e, na zona euro, este foi um ano de recessão com um retrocesso da economia de cerca de 0,4%. As previsões apontam que para que os EUA sofram um ligeiro abrandamento no seu crescimento enquanto que nível europeu as expetativas para 2013 são de continuação de uma recessão ligeira.

Estas previsões são influenciadas pelas dificuldades financeiras sentidas pelos países mais pequenos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e na dúvida sobre a resolução



*Handwritten signature and scribbles in blue ink.*

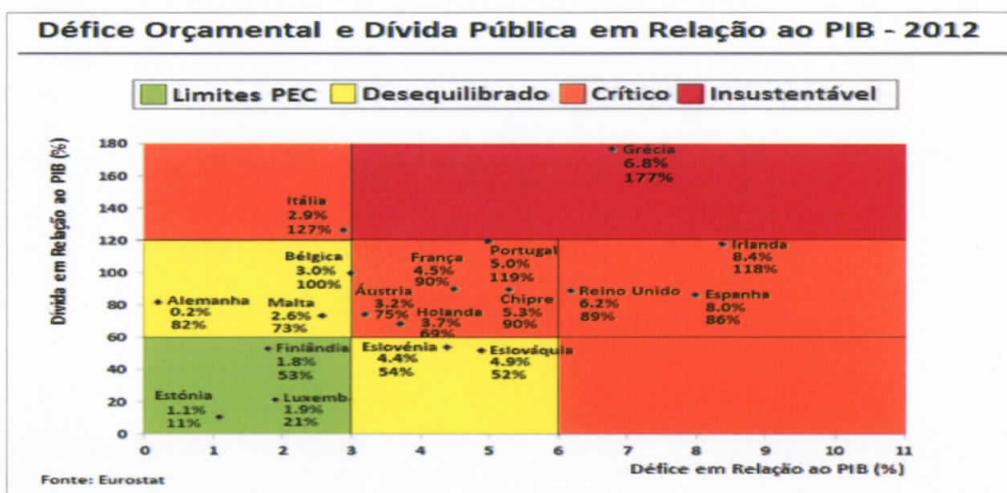
da crise, apesar dos progressos recentes efetuados. Ao longo do ano de 2013 irão sentir-se algumas melhorias, dado que a política de reformas planeadas para dar resposta à crise continuam em curso.

O enquadramento económico dos últimos anos tem como consequência uma crise mundial de emprego. De acordo com os dados do Eurostat, a taxa de desemprego da união europeia situou-se nos 10,7% em Dezembro de 2012, embora ligeiramente superior na zona euro (11,7%), sendo que nos EUA este valor caiu para 7,8% (face aos 8,3% de 2011), tendo a média dos países da OCDE mantido os níveis de 2011, nos 8%.

O atual contexto de fortes tensões nos mercados financeiros contribuiu para a perda de acesso do setor público e, em consequência, do setor bancário a financiamento de mercado em condições regulares. Desta forma, houve a necessidade de alguns países europeus solicitarem a assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia.

Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma relativamente estável. O dólar apreciou-se face ao euro durante 2012, sendo expetável que 2013 haja uma apreciação ligeira do euro face ao dólar.

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas atingiu níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 101,6%, 90% na EU e 84,9% na zona euro, sendo que o rácio do défice público atingiu, em 2012, os 7,3% do PIB nos EUA, sendo os principais *deficits* europeus apresentados na figura seguinte:





*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

**2.2. A nível Nacional**

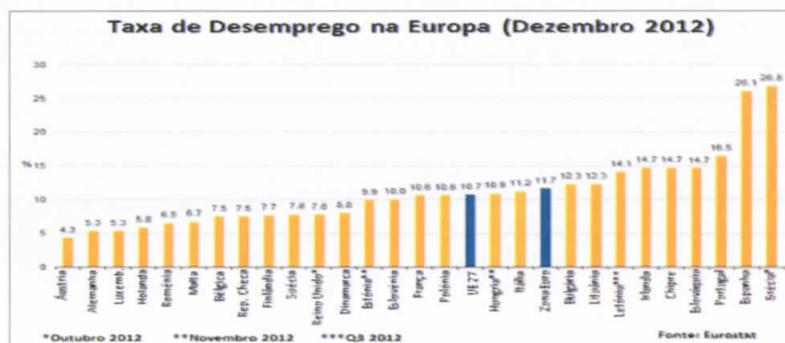
Do ponto de vista económico e social o desempenho de Portugal revela um comportamento preocupante com a contração da economia portuguesa em 2012 e 2013, seguida de uma virtual estagnação em 2014.

Esta contração da atividade económica, a qual não tem precedente na economia portuguesa, traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada. Apesar do crescimento significativo das exportações, segundo dados do Banco de Portugal, o mesmo não é suficiente para compensar a forte contração da procura interna, num quadro de desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

A crise da dívida soberana na zona euro e os desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, forçaram o governo português a recorrer em 2011 ao Fundo Monetário Internacional para acesso a financiamento externo. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que tem levado à adoção por parte do Governo de Portugal, de um conjunto de medidas para ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. Estas medidas têm tido um efeito negativo na economia portuguesa e promovido alguma agitação social.

Assim sendo, em termos reais, o PIB terá apresentado uma taxa de variação homóloga de -3,8% no quarto trimestre de 2012 (-3,5% no trimestre anterior), fixando a taxa anual de crescimento negativo do PIB em 3,2%. A evolução do PIB traduziu, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma redução do contributo positivo que a procura externa líquida, verificando-se uma redução menos acentuada das Importações de Bens e Serviços e uma redução das Exportações de Bens e Serviços. Em sentido oposto, a procura interna apresentou um contributo menos negativo para a variação homóloga do PIB, traduzindo sobretudo a redução menos expressiva do Investimento.

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu, em Dezembro de 2012, os 16,5%, representando uma subida de praticamente 3% face a 2011, sendo atualmente a terceira mais elevada da UE, bem como da zona euro, conforme a imagem seguinte:





*[Handwritten signature]*

Em termos orçamentais, o objetivo do défice do Estado de cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme compromisso com a *Troika*, foi cumprido. Este objetivo foi conseguido recorrendo a algumas medidas extraordinários por parte do governo, como foi o caso da concessão da ANA - Aeroportos de Portugal, sujeita ainda a ser validada pelo Eurostat.

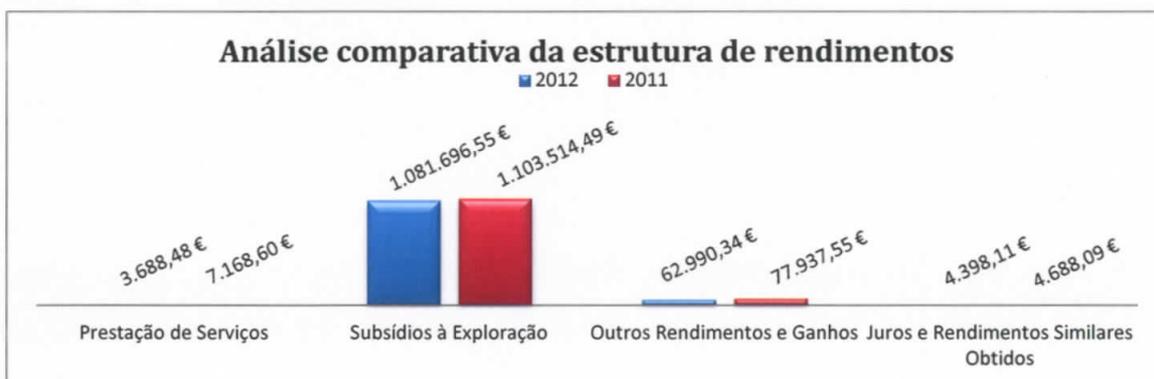
De acordo com informações da Direção Geral do Orçamento, a receita fiscal caiu cerca de 6,8%, face a 2011, evidenciando um recuo de 4,7% nos impostos indiretos e de 9,5% nos impostos diretos (a receita de IRS decresceu 7,3%, enquanto a de IRC decresceu 17,3%). No que respeita à despesa, esta não sofreu alterações significativas face a 2011, tendo a despesa primária e de capital recuado 1,9% e 10,5% respetivamente, a par de um aumento da despesa corrente de 0,8%. Para este aumento em muito contribuíram o aumento dos juros da dívida, bem como das transferências correntes.

### 3. ANÁLISE DA ATIVIDADE E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A composição dos rendimentos da ESPROSER, relativos a 2012, bem como a respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:

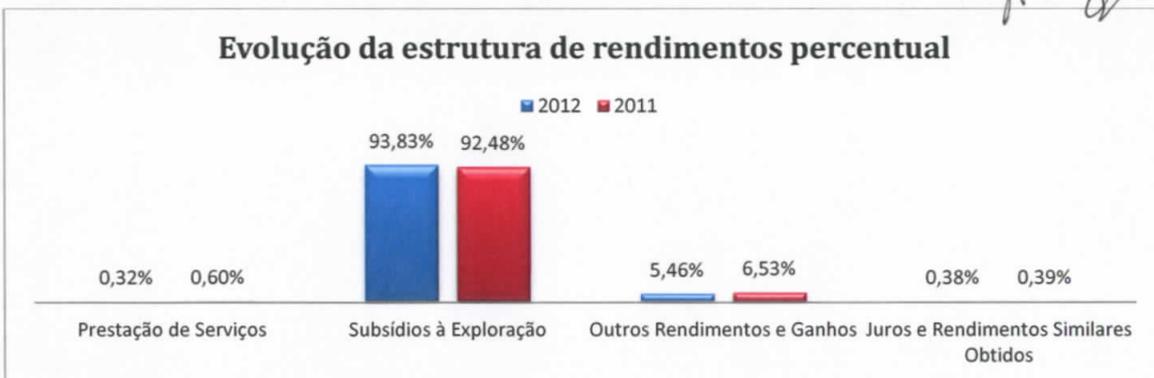


Seguidamente apresentam-se dois gráficos nos quais se efetuam comparações entre os rendimentos obtidos em 2011, com os obtidos em 2012, em termos absolutos e em termos percentuais, efetuando-se em seguida um comentário às principais variações ocorridas:





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

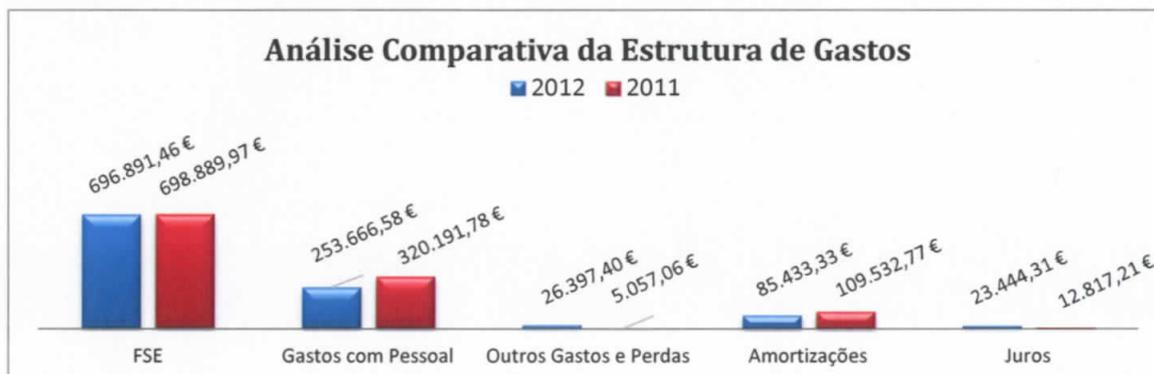


Em relação aos rendimentos obtidos, podemos ver uma distribuição quase semelhante nos 2 anos em análise, devido fundamentalmente à manutenção do mesmo número de turmas (10 turmas), nos dois anos em análise. Ressalta como seria natural, numa Escola Profissional em que os custos de funcionamento são cobertos a 100% pela medida 1.2 – Ensino Profissional, uma hegemonia da rubrica de subsídios à exploração a atingirem mais de 92% em ambos os anos.

Relativamente aos gastos incorridos, a sua composição e respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:

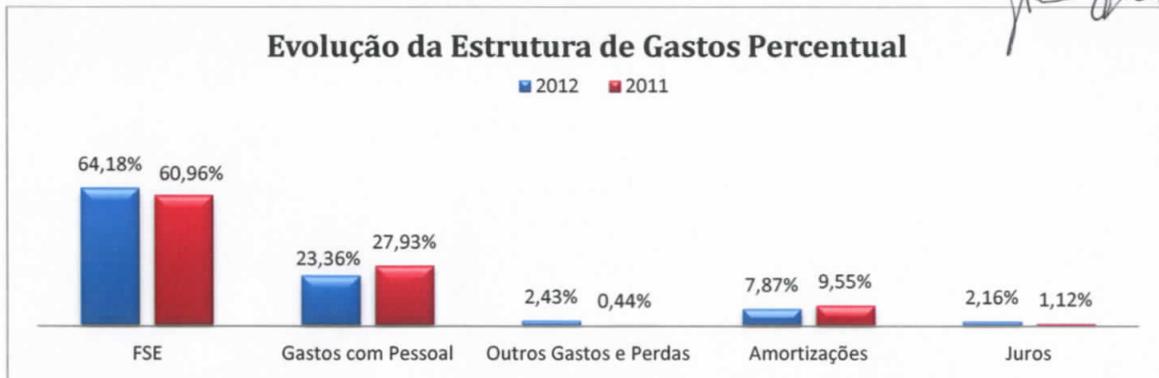


Seguidamente apresentam-se dois gráficos nos quais se efetuam comparações entre os gastos incorridos em 2011, com os incorridos em 2012, em termos absolutos e em termos percentuais, efetuando-se em seguida um comentário às principais variações ocorridas:





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



Em relação à composição da estrutura de gastos, ressalta imediatamente a dimensão dos gastos em Fornecimento de Serviços Externos que representa quase 2/3 de todos os gastos da ESPROSER. Bastante afastado, mas ainda assim considerável, temos os gastos com pessoal a representar 1/4 dos gastos.

Relativamente à variação de 2011 para 2012, salientamos a redução muito significativa dos gastos com pessoal, relacionados com o corte parcial/total dos subsídios de férias e de Natal no período de 2012, pelo facto da ESPROSER ter como acionista maioritário o Município de Sernancelhe e por conseguinte aplicaram-se os cortes previstos no Orçamento de Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, artigos 21º e 25º alínea 6-), para além dos cortes salariais sofridos com a introdução do orçamento de estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, artigos 19º alínea 1- e alínea 9- q) e t)).

Verificou-se ainda um aumento significativo no valor dos juros suportados, devido fundamentalmente ao aumento do spread suportado pela ESPROSER nos empréstimos bancários, que passou de 3,5% em 2011 para 5,5% em 2012.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos:

| Rubricas               | Períodos     |              |
|------------------------|--------------|--------------|
|                        | 2012         | 2011         |
| Gastos com Pessoal     | 253.666,58 € | 320.191,78 € |
| N.º Médio de Pessoas   | 13           | 12           |
| Gasto Médio por Pessoa | 19.512,81 €  | 26.682,65 €  |

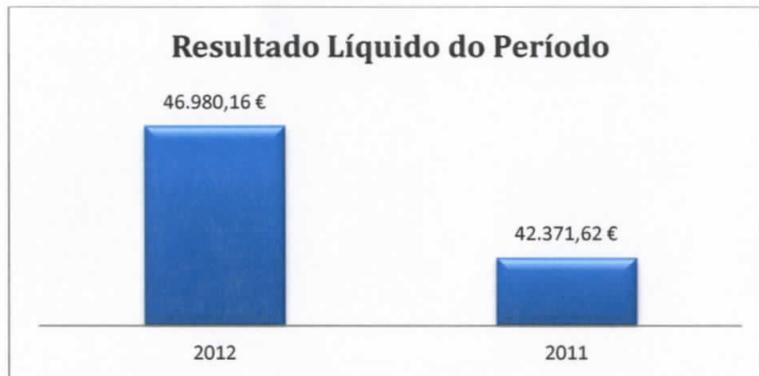
Apesar do aumento de um funcionário em 2012, pelas razões já elencadas no ponto anterior, houve uma redução significativa nos gastos com pessoal, traduzindo-se em média



*[Handwritten signature]*

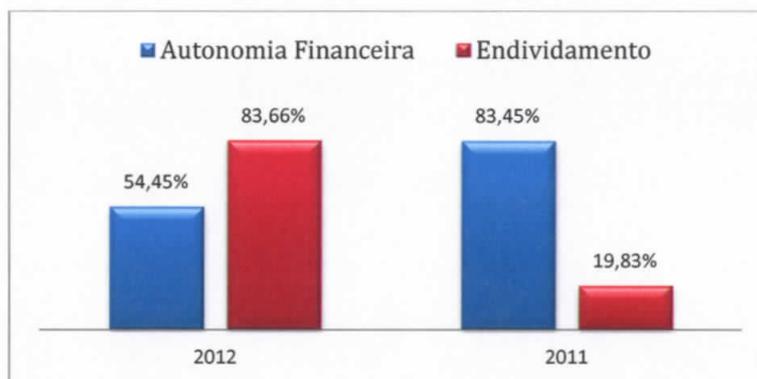
numa redução de 7.169,84€ por cada funcionário. Esta redução seria ainda mais expressiva se o número de funcionários permanecesse constante.

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, comparativamente aos dois anos anteriores os seguintes valores de Resultado Líquido.



Verifica-se que comparativamente aos períodos de 2012 e 2011, o Resultado Líquido do período teve um crescimento sustentado. Apesar da ligeira redução do volume de negócios, os custos da ESPROSER tiveram uma redução mais significativa, elevando o resultado líquido.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da sociedade apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Verifica-se uma diminuição da autonomia financeira e em simultâneo um aumento do endividamento, devido a obras avultadas realizadas no exterior da ESPROSER, que ascenderam a cerca de 200.000€ e que foram financiadas com endividamento líquido de 50.000€ e o restante com capitais da ESPROSER.



*Handwritten signature/initials*

*R. Guedes*



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da sociedade através da análise dos seguintes itens de balanço:

**ESTRUTURA DO BALANÇO**

| Rubricas            | 2012                |        | 2011                |        |
|---------------------|---------------------|--------|---------------------|--------|
| Activo Não Corrente | 477 072,35 €        | 48,82% | 347 018,42 €        | 57,11% |
| Activo Corrente     | 500 200,78 €        | 51,18% | 260 604,86 €        | 42,89% |
| <b>Total Activo</b> | <b>977 273,13 €</b> |        | <b>607 623,28 €</b> |        |

| Rubricas                               | 2012                |        | 2011                |        |
|--|---------------------|--------|---------------------|--------|
| Capital Próprio                        | 532 098,88 €        | 54,45% | 507 088,40 €        | 83,45% |
| Passivo Não Corrente                   | 71 282,37 €         | 7,29%  | 42 518,34 €         | 7,00%  |
| Passivo Corrente                       | 373 891,88 €        | 38,26% | 58 016,54 €         | 9,55%  |
| <b>Total Capital Próprio e Passivo</b> | <b>977 273,13 €</b> |        | <b>607 623,28 €</b> |        |

A Empresa exerceu atividade no setor do Ensino Profissional, que tem estagnado ou diminuído, não só pelo aumento da concorrência no que a Formação Profissional diz respeito, mas também é afetada pela evidente baixa do número de alunos que completam o 9º ano.

No entanto a ESPROSER tem mantido estáveis quer o número de alunos (cerca de 170) quer o número de turmas em funcionamento (10 turmas).

Foram efetuados Investimentos em Ativos Fixos Tangíveis no montante de 210.081,41 euros, nomeadamente a aquisição de uma viatura de pesados de passageiros usada com lotação de 20 pessoas e realização de obras na envolvente exterior dos edifícios da Escola, nomeadamente: jardins e sistemas de rega, muros de suporte, novas entradas da Escola, iluminação exterior, entre outros, e discriminados pelas seguintes rubricas:

- Edifícios e outras construções, no montante de 137.654,66 euros;
- Equipamento Básico, no montante de 19.708,95 euros;
- Equipamento de Transporte, no montante de 44.280,00 euros;
- Outros Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 8.437,80 euros;

**4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

A ESPROSER-Escola Profissional, S.A. no período económico findo em segunda-feira, 31 de Dezembro de 2012 alcançou o resultado líquido de 46.980,16€ propondo, para reforço dos Capitais Próprios, a sua aplicação em resultados transitados.



## 5. EXPETATIVAS FUTURAS

### 5.1. Cenário macroeconómico

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para a contração da atividade económica em Portugal em 2013, sendo que em 2014 começará a haver uma ligeira recuperação da economia. Esta evolução negativa traduz o impacto sobre a atividade económica do ajustamento de um conjunto de desequilíbrios acumulados ao longo de mais de uma década.

A projeção da atividade económica para o período 2013-2014 realizada pelo Banco de Portugal tem subjacente uma forte retração da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do rendimento. A contração da atividade económica é suavizada pela evolução relativamente favorável das exportações, num contexto de crescimento virtualmente nulo da procura externa. A diminuição do consumo privado deverá atingir 3,6% em 2013 e crescer 0,1% em 2014, o que corresponde a uma queda acumulada de 9% no período 2012-2014. A queda acumulada do volume de consumo público no período 2013-2014 será da ordem de 6,9%, seguindo a tendência dos últimos anos.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. Contudo, no que respeita às taxas de juro ativas, o seu diferencial é expectável aumentar face à taxa de referência do mercado monetário, reduzindo-se progressivamente no segundo semestre de 2013, num contexto de gradual recuperação da economia.

A alteração profunda da composição da despesa, nomeadamente a expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9,4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. O Banco de Portugal, prevê que esta tendência se venha a manter, levando a um excedente da balança corrente e de capital de 4,4% do PIB em 2014. Uma parcela muito significativa deste ajustamento espelha a melhoria da balança de bens e serviços neste período, para a qual se projeta um excedente de 3,1% e 4,1% em 2013 e 2014, respetivamente, após décadas de défices crónicos.

Assim sendo, as exportações deverão manter um crescimento próximo do considerado para a procura externa dirigida à economia portuguesa, sendo mesmo a única componente



da procura agregada que se prevê registar taxas de crescimento positivas. Apesar de se antecipar uma desaceleração em 2013, num quadro de virtual estagnação da procura externa, deverá ser seguida de uma aceleração em 2014.

Relativamente ao mercado de trabalho, é prevista uma redução do emprego de 1,9% em 2013, seguida de uma estabilização em 2014. Enquanto em 2013 a contração do emprego será sentida nos dois setores, público e privado, já em 2014 haverá lugar a um aumento no setor privado, o que não se verificará no setor público, continuando a política de redução do número de efetivos das administrações públicas.

Em termos de inflação, esta deverá diminuir para próximo de 1% em 2013. É previsto um abrandamento dos preços no início do ano, sendo que a taxa de inflação já registou uma descida significativa no final de 2012, dada a dissipação do impacto do aumento da tributação indireta sobre os preços de alguns bens energéticos em idêntico período de 2011. O contexto de contração da procura interna e diminuição líquida de emprego e aumento da taxa de desemprego irá contribuir para a manutenção da moderação salarial observada em 2012. Espera-se que os preços da componente energética em 2013 estabilizem, sofrendo uma ligeira redução em 2014. Por outro lado, espera-se um abrandamento significativo dos preços dos bens não-energéticos e serviços em 2013, seguido de um crescimento moderado em 2014.

Depois de uma expressiva contração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que em 2012 se situou na ordem dos 14,4%, ficando 3,4% acima da contração verificada em 2011, a atual projeção incorpora uma redução mais suave em 2013, na ordem dos 8,5%, seguida de uma recuperação de 2,8% em 2014. Este padrão de evolução é transversal a todos os setores institucionais, sendo as perspetivas muito incertas quanto ao futuro próximo. Em 2014 antecipa-se um aumento do investimento, num contexto de recuperação da procura externa e gradual aumento da procura interna.

No entanto, à semelhança do ocorrido para 2012, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Por último, estas projeções são marcadas pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como o processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário. O enquadramento internacional, marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013, só deverá ser revertido em 2014. Portugal terá de



promover o desenvolvimento económico, passando este por aumentar a eficiência do sistema judicial e por redefinir o papel do Estado, de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso do processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável em Portugal, mantendo um consenso institucional e de coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

## 5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da empresa passa pelo aumento contínuo das condições oferecidas aos nossos alunos, de forma a aumentar o grau de satisfação global, acréscimo do aumento do número de empresas recetivas aos estágios dos nossos alunos e com reais possibilidades de aumentar a empregabilidade.

A partir de 2013 a Escola vai acompanhar mais de perto o percurso pós-escolar dos seus antigos alunos, permitindo o aumento do número de alunos que concluíram os estudos, bem como o aumento da empregabilidade dos alunos que concluíram estudos na ESPROSER.

## 6. OUTRAS INFORMAÇÕES

A ESPROSER-Escola Profissional, S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a sociedade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do período não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras, ou que necessitem de ser divulgados

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores, nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Não existem dívidas em mora perante o Sector Público Estatal ou Segurança Social.



As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da sociedade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo ao histórico de operações lucrativas alcançado e tem já contactado os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

A sociedade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela sociedade.

A sociedade seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

a) Risco de Crédito

*i) Créditos sobre Clientes, não decorre qualquer risco para a ESPROSER;*

*ii) Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre Clientes*

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários, investimentos financeiros. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com Instituições Financeiras envolvem contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

b) Riscos de Mercado

*i) Risco de Taxa de Juro*

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

Como regra geral a sociedade não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.



ii) *Risco de Taxa de Câmbio*

A sociedade não está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação.

c) *Risco de Liquidez*

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida.
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes (alunos) e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, as quais foram autorizadas para emissão na presente data, e serão posteriormente remetidas à



Assembleia- Geral de acionistas/sócios, a qual dispõe de poderes para as aprovar, alterar ou rejeitar.

Sernancelhe, 15 de maio de 2013

**O Conselho de Administração**

*Ana Isabel Brás Chaves*

(Dr.<sup>a</sup> Ana Isabel Brás Chaves - Presidente)

*Rui Jorge Carmo Guédes*

(Dr. Rui Jorge Carmo Guédes - Vogal)

*António Jorge Ribeiro Figueiredo*

(Dr. António Jorge Ribeiro Figueiredo - Vogal)



**8. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

**1 Relação dos membros dos órgãos de administração e respetivas ações**

**1.1. Conselho de Administração**

- ❖ Ana Isabel Brás Chaves - Presidente 0 ações;
- ❖ Rui Jorge do Carmo Guedes - Vogal 0 ações;
- ❖ António Jorge Ribeiro Figueiredo - Vogal 0 ações.

**2 Relação dos acionistas com mais de um décimo do capital**

- Câmara Municipal de Sernancelhe - 6.000 ações
- Liga dos Amigos da ESPROSER - 4.000 ações

Sernancelhe, 15 de maio de 2013

**O Conselho de Administração**

*Ana Isabel Brás Chaves*

(Dr.<sup>a</sup> Ana Isabel Brás Chaves - Presidente)

*Rui Jorge do Carmo Guedes*

(Dr. Rui Jorge Carmo Guedes - Vogal)

*António Jorge Ribeiro Figueiredo*

(Dr. António Jorge Ribeiro Figueiredo - Vogal)



*[Handwritten signatures]*  
R. Guedes

*2 – Demonstrações Financeiras*



**Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2012**

Valorem Euros

Datas

| RUBRICAS                                     | Notas | 31-12-2012        | 31-12-2011        |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| <b>ATIVO</b>                                 |       |                   |                   |
| <b>Ativo não corrente</b>                    |       |                   |                   |
| Activos fixos tangíveis                      | 6     | 476.572,35        | 346.518,42        |
| Participações financeiras - Outros métodos   | 8     | 500,00            | 500,00            |
| <b>Total de Ativos Não Correntes</b>         |       | <b>477.072,35</b> | <b>347.018,42</b> |
| <b>Ativo corrente</b>                        |       |                   |                   |
| Outras contas a receber                      | 13    | 216.089,62        | 75.517,79         |
| Diferimentos                                 | 13    | 8.530,98          | 9.741,46          |
| Outros ativos financeiros                    | 13    | 265.000,00        | 165.000,00        |
| Caixa e depósitos bancários                  | 4     | 10.580,18         | 10.345,61         |
| <b>Total de Ativos Correntes</b>             |       | <b>500.200,78</b> | <b>260.604,86</b> |
| <b>Total do ATIVO</b>                        |       | <b>977.273,13</b> | <b>607.623,28</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>             |       |                   |                   |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO</b>                       |       |                   |                   |
| Capital realizado                            | 13    | 50.000,00         | 50.000,00         |
| Reservas legais                              | 13    | 10.000,00         | 10.000,00         |
| Outras reservas                              | 13    | 73.122,09         | 73.122,09         |
| Resultados transitados                       | 13    | 238.715,41        | 199.776,55        |
| Outras variações no capital próprio          | 13    | 113.281,22        | 131.818,14        |
| <b>Resultado líquido do período</b>          | 13    | <b>46.980,16</b>  | <b>42.371,62</b>  |
| <b>Total do Capital Próprio</b>              |       | <b>532.098,88</b> | <b>507.088,40</b> |
| <b>PASSIVO</b>                               |       |                   |                   |
| <b>Passivo não corrente</b>                  |       |                   |                   |
| Financiamentos obtidos                       | 7-13  | 33.521,96         | 9.563,80          |
| Passivos por impostos diferidos              | 12    | 37.760,41         | 32.954,54         |
| <b>Total de Passivos Não Correntes</b>       |       | <b>71.282,37</b>  | <b>42.518,34</b>  |
| <b>Passivo corrente</b>                      |       |                   |                   |
| Fornecedores                                 | 5-13  | 35.508,70         | 19.827,76         |
| Estado e outros entes públicos               | 15    | 29.261,09         | 21.416,72         |
| Financiamentos obtidos                       | 7-13  | 245.798,46        | 14.167,96         |
| Outras contas a pagar                        | 13    | 63.323,63         | 2.604,10          |
| <b>Total de Passivos Correntes</b>           |       | <b>373.891,88</b> | <b>58.016,54</b>  |
| <b>Total do Passivo</b>                      |       | <b>445.174,25</b> | <b>100.534,88</b> |
| <b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b> |       | <b>977.273,13</b> | <b>607.623,28</b> |

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**Demonstração de Resultados por Naturezas Individuais, em 31 de dezembro de 2012**

*Valores em euros*

**Periodos**

| RENDIMENTOS E GASTOS   |     | Notas | 31-12-2012        | 31-12-2011        |
|--|-----|-------|-------------------|-------------------|
| Prestações de serviços   | +   | 9     | 3.688,48          | 7.168,60          |
| Subsídios à exploração   | +   | 10    | 1.081.696,55      | 1.103.514,49      |
| Fornecimentos e serviços externos  | -   | 15    | (696.891,46)      | (698.889,97)      |
| Gastos com pessoal   | -   | 15    | (253.666,58)      | (320.191,78)      |
| Outros rendimentos e ganhos  | +   | 15    | 62.990,34         | 77.937,55         |
| Outros gastos e perdas   | -   | 15    | (26.397,40)       | (5.057,06)        |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> | =   |       | <b>171.419,93</b> | <b>164.481,83</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           | -/+ | 6     | (85.433,33)       | (109.532,77)      |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> | =   |       | <b>85.986,60</b>  | <b>54.949,06</b>  |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                      | +   | 9-15  | 4.398,11          | 4.688,09          |
| Juros e gastos similares suportados  | -   | 15    | (23.444,31)       | (12.817,21)       |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   | =   |       | <b>66.940,40</b>  | <b>46.819,94</b>  |
| Imposto sobre rendimento do período  | -/+ | 12    | (19.960,24)       | (4.448,32)        |
| <b>Resultado liquido do período</b>  | =   |       | <b>46.980,16</b>  | <b>42.371,62</b>  |
| <b>Resultado por acção básico</b>  |     |       | <b>0,94</b>       | <b>0,85</b>       |

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



*[Handwritten signatures and blue circular stamp]*

**Demonstração de Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2012**

Valores em euros

| RUBRICAS  |             | Notas | Períodos            |                     |
|---|-------------|-------|---------------------|---------------------|
|   |             |       | 31-12-2012          | 31-12-2011          |
| <b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>     |             |       |                     |                     |
| Recebimentos de clientes                                | +           | 9     | 3.688,48            | 7.168,60            |
| Pagamentos a fornecedores                               | -           | 13-15 | (681.210,52)        | (679.444,23)        |
| Pagamentos ao pessoal                                   | -           | 15    | (210.435,29)        | (320.191,77)        |
| Caixa gerada pelas operações                            | +/-         |       | <b>(887.957,33)</b> | <b>(992.467,40)</b> |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento     | -/+         | 12-15 | (8.493,11)          | (10.102,25)         |
| Outros recebimentos/pagamentos                          | +/-         | 10-15 | 1.014.503,96        | 1.295.491,57        |
| <b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>     | (1)         | +/-   | <b>118.053,52</b>   | <b>292.921,92</b>   |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>  |             |       |                     |                     |
| Pagamentos respeitantes a:                              |             |       |                     |                     |
| Activos fixos tangíveis                                 | -           | 6     | (210.081,41)        | (38.768,75)         |
| Outros instrumentos financeiros                         | -           | 13    | (100.000,00)        | 0,00                |
| Recebimentos provenientes de:                           |             |       |                     |                     |
| Juros e rendimentos similares obtidos                   | +           | 9-15  | 4.398,11            | 4.688,09            |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>  | (2)         | +/-   | <b>(305.683,30)</b> | <b>(34.080,66)</b>  |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b> |             |       |                     |                     |
| Recebimentos provenientes de:                           |             |       |                     |                     |
| Financiamentos obtidos                                  | +           | 13    | 1.165.000,00        | 972.650,00          |
| Pagamentos respeitantes a:                              |             |       |                     |                     |
| Financiamentos obtidos                                  | -           | 13    | (953.691,34)        | (1.225.325,67)      |
| Juros e gastos similares                                | -           | 15    | (23.444,31)         | (12.817,21)         |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b> | (3)         |       | <b>187.864,35</b>   | <b>(265.492,88)</b> |
| <b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>            | (1)+(2)+(3) |       | <b>234,57</b>       | <b>(6.651,62)</b>   |
| Efeito das diferenças de câmbio                         | +/-         |       |                     |                     |
| Caixa e seus equivalentes no início do período          | +/-         | 4     | 10.345,61           | 16.997,23           |
| <b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>      | +/-         | 4     | <b>10.580,18</b>    | <b>10.345,61</b>    |

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



**Demonstração das Alterações no Capital Próprio findo no período 2012**

| DESCRIÇÃO   |           | Notas | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital |                 |                 |                        |                                     |             | Resultado líquido do período | Total do Capital Próprio |
|---|-----------|-------|---|-----------------|-----------------|------------------------|-------------------------------------|-------------|------------------------------|--------------------------|
|   |           |       | Capital realizado                                   | Reservas legais | Outras Reservas | Resultados Transitados | Outras variações no capital próprio |             |                              |                          |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012                     | 1         |       | 50.000,00   | 10.000,00       | 73.122,09       | 199.776,55             | 131.818,14                          | 42.371,62   | 507.088,40                   |                          |
| <b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>                          |           |       |   |                 |                 |                        |                                     |             |                              |                          |
| Reversão do passivo por imposto diferido              |           | 12    |   |                 |                 | (3.432,76)             | (4.805,87)                          |             | -8.238,63                    |                          |
| Imputação a rend. Do subs. Ao investimento            |           | 12    |   |                 |                 |                        | (13.731,05)                         |             | -13.731,05                   |                          |
| Aplicação dos resultados obtidos no período anterior  |           | 13    |   |                 |                 | 42.371,62              |                                     | (42.371,62) | 0,00                         |                          |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                   | 2         |       | 0,00  | 0,00            | 0,00            | 38.938,86              | (18.536,92)                         | (42.371,62) | -21.969,68                   |                          |
| <b>RESULTADO INTEGRAL</b>                             | 3         | 13    |   |                 |                 |                        |                                     | (42.371,62) | 46.980,16                    |                          |
| <b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b> | 4+2+3     |       |   |                 |                 |                        |                                     | 4.608,54    |                              |                          |
|   | 5         |       | 0,00  | 0,00            | 0,00            | 0,00                   | 0,00                                | 0,00        | 0,00                         |                          |
| <b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012</b>                 | 6=1+2+3+5 |       | 50.000,00   | 10.000,00       | 73.122,09       | 238.715,41             | 113.281,22                          | 46.980,16   | 532.098,88                   |                          |

(Valores expressos em euros)

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio findo no período 2011**

| DESCRIÇÃO   |           | Notas | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital |                 |                 |                        |                                     |            | Resultado líquido do período | Total do Capital Próprio |
|---|-----------|-------|---|-----------------|-----------------|------------------------|-------------------------------------|------------|------------------------------|--------------------------|
|   |           |       | Capital realizado                                   | Reservas legais | Outras Reservas | Resultados Transitados | Outras variações no capital próprio |            |                              |                          |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011                     | 1         |       | 50.000,00   | 10.000,00       | 73.122,09       | 147.254,69             | 142.802,98                          | 55.268,07  | 478.447,83                   |                          |
| <b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>                          |           |       |   |                 |                 |                        |                                     |            |                              |                          |
| Reversão do passivo por imposto diferido              |           | 12    |   |                 |                 | (2.746,21)             | 2.746,21                            |            | 0,00                         |                          |
| Imputação a rend. Do subs. Ao investimento            |           | 12    |   |                 |                 |                        | (13.731,05)                         |            | -13.731,05                   |                          |
| Aplicação dos resultados obtidos no período anterior  |           | 13    |   |                 |                 | 55.268,07              |                                     | -55.268,07 | 0,00                         |                          |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                   | 2         |       | 0,00  | 0,00            | 0,00            | 52.521,86              | (10.984,84)                         | -55.268,07 | (13.731,05)                  |                          |
| <b>RESULTADO INTEGRAL</b>                             | 3         | 13    |   |                 |                 |                        |                                     | 42.371,62  | 42.371,62                    |                          |
| <b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b> | 4+2+3     |       |   |                 |                 |                        |                                     | -12.896,45 |                              |                          |
|   | 5         |       | 0,00  | 0,00            | 0,00            | 0,00                   | 0,00                                | 0,00       | 0,00                         |                          |
| <b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011</b>                 | 6=1+2+3+5 |       | 50.000,00   | 10.000,00       | 73.122,09       | 199.776,55             | 131.818,14                          | 42.371,62  | 507.088,40                   |                          |

(Valores expressos em euros)

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



Handwritten signatures in blue ink, including the name "Fini Mendes" and several other illegible signatures.

**3 – Anexo às Demonstrações Financeiras**



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

---

(Valores expressos em euros)

## 1. Identificação da entidade

A ESPROSER - ESCOLA PROFISSIONAL, S.A., com sede social na Av. das Tílias, em Sernancelhe, com o número de identificação de Pessoa Coletiva 504.676.326, com o capital social de 50.000,00 euros, tem como atividade principal o ensino profissional.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.



As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

## **2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

## **2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2012, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

# **3. Principais políticas contabilísticas**

## **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

### **a) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Em 14 de julho de 2009, os ativos terrenos e edifícios são escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data de revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes (modelo de revalorização). As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data do balanço.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Os aumentos à quantia escriturada em resultada de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da empresa. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas nas demonstrações dos resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo considerados sempre que estes difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para “Resultados transitados”. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, são também transferidos para a rubrica “Resultados transitados”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

| <b>Ativos tangíveis</b>        | <b>Vida útil</b> | <b>Taxa de depreciação</b> |
|--------------------------------|------------------|----------------------------|
| Terrenos e recursos naturais   |                  |                            |
| Edifícios e outras construções | 5 - 40           | 2,5% - 20%                 |
| Equipamento básico             | 4 - 8            | 12,5% - 25%                |
| Equipamento de transporte      | 4 - 8            | 12,5% - 25%                |
| Equipamento administrativo     | 2 -10            | 10% - 50%                  |
| Outros ativos fixos tangíveis  | 1 - 4            | 25% - 100%                 |

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização. Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e gastos” ou “Outros ganhos e perdas”.



**b) Locações**

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

**c) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

**d) Instrumentos financeiros**

**i. Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus



créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

#### *ii. Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizadas na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

#### *iii. Dívidas a terceiros*

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### *iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio*

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um instrumento de capital quando não existe a obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.



**v. Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

**e) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

**f) Regime de acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.



**g) Rédito**

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

**h) Imposto sobre o rendimento do período**

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.



O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 25%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 30%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período e 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam



R. Galdes

movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

**i) Subsídios do governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".



**j) Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

**k) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes**

**a) Resultado por ação**

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período,



excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

**b) Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

**3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os juízos de valor utilizados pela Administração no processo de aplicação das políticas contabilísticas com maior impacto nas demonstrações financeiras, foram, as estimativas dos períodos de vida útil dos bens que constituem o Ativo Fixo Tangível e estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias.



*R. Guedes*

**3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**3.5 Principais fontes de incerteza**

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

**4. Fluxos de caixa**

**4.1 Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:**

|  | 31-12-2012       | 31-12-2011       |
|--|------------------|------------------|
| Caixa - geral                            | 238,28           | 1.922,40         |
| Depósitos bancários                      |                  |                  |
| Depósitos à ordem - Euro                 | 10.341,90        | 8.423,21         |
| <b>Total caixa e depósitos bancários</b> | <b>10.580,18</b> | <b>10.345,61</b> |

**5. Partes relacionadas**

**5.1 Relacionamentos com a empresa mãe:**

a) *Nome das empresas mãe:*

- Câmara Municipal de Sernancelhe
- Liga de Amigos da ESPROSER



**5.2 Transações entre partes relacionadas:**

**a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:**

| Partes Relacionadas             |             |
|---------------------------------|-------------|
| Câmara Municipal de Sernancelhe | Empresa-mãe |
| Liga dos Amigos da ESPROSER     | Empresa-mãe |

**b) Transações e saldos pendentes:**

|                     | Câmara Municipal de Sernancelhe | Liga dos Amigos da ESPROSER |
|---------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| <b>Transações</b>   | <b>2012</b>                     | <b>2012</b>                 |
| Serviços adquiridos | 34.401,51                       | 0,00                        |
| <b>Saldos</b>       | <b>2012</b>                     | <b>2012</b>                 |
| Contas a pagar      | 6.528,50                        | 1.155,00                    |

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

**6. Ativos fixos tangíveis**

**6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:**

**a) Bases de mensuração:**

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

**b) Método de depreciação usado:**

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

**c) Vidas úteis e taxas de depreciação usados:**

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

| Ativos tangíveis               | Vida útil | Taxa de depreciação |
|--------------------------------|-----------|---------------------|
| Edifícios e outras construções | 5 - 40    | 2,5% - 20%          |
| Equipamento básico             | 4 - 8     | 12,5% - 25%         |
| Equipamento de transporte      | 4 - 8     | 12,5% - 25%         |
| Equipamento administrativo     | 2 - 10    | 10% - 50%           |
| Outros ativos fixos tangíveis  | 1 - 4     | 25% - 100%          |



*Rui Quevedes*

**d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:**

| 2012                             |                                |                    |                           |                            |                               |                        |                     |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|------------------------|---------------------|
|                                  | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Investimentos em curso | Total               |
| <b>Quantia escriturada bruta</b> |                                |                    |                           |                            |                               |                        |                     |
| Saldo em 01.01.2012              | 419.368,81                     | 391.841,64         | 209.997,34                | 157.567,52                 | 65.565,30                     | 0,00                   | 1.244.340,61        |
| Adições                          | 137.654,66                     | 19.708,95          | 44.280,00                 | 0,00                       | 8.437,80                      | 5.405,85               | 215.487,26          |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b>       | <b>557.023,47</b>              | <b>411.550,59</b>  | <b>254.277,34</b>         | <b>157.567,52</b>          | <b>74.003,10</b>              | <b>5.405,85</b>        | <b>1.459.827,87</b> |
| <b>Depreciações acumuladas</b>   |                                |                    |                           |                            |                               |                        |                     |
| Saldo em 01.01.2012              | -180.733,21                    | -348.397,11        | -172.956,37               | -133.782,87                | -61.952,63                    | 0,00                   | -897.822,19         |
| Adições                          | -23.961,73                     | -26.932,61         | -22.635,42                | -11.411,20                 | -492,37                       |                        | -85.433,33          |
| <b>Saldo em 31.12.2012</b>       | <b>-204.694,94</b>             | <b>-375.329,72</b> | <b>-195.591,79</b>        | <b>-145.194,07</b>         | <b>-62.445,00</b>             | <b>0,00</b>            | <b>-983.255,52</b>  |
| <b>Quantia escriturada</b>       | <b>352.328,53</b>              | <b>36.220,87</b>   | <b>58.685,55</b>          | <b>12.373,45</b>           | <b>11.558,10</b>              | <b>5.405,85</b>        | <b>476.572,35</b>   |

| 2011                             |                                |                    |                           |                            |                               |                        |                     |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|------------------------|---------------------|
|                                  | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Investimentos em curso | Total               |
| <b>Quantia escriturada bruta</b> |                                |                    |                           |                            |                               |                        |                     |
| Saldo em 01.01.2011              | 419.368,81                     | 387.026,85         | 183.558,82                | 150.052,08                 | 65.565,30                     | 0,00                   | 1.205.571,86        |
| Adições                          | 0,00                           | 4.814,79           | 26.438,52                 | 7.515,44                   | 0,00                          | 0,00                   | 38.768,75           |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b>       | <b>419.368,81</b>              | <b>391.841,64</b>  | <b>209.997,34</b>         | <b>157.567,52</b>          | <b>65.565,30</b>              | <b>0,00</b>            | <b>1.244.340,61</b> |
| <b>Depreciações acumuladas</b>   |                                |                    |                           |                            |                               |                        |                     |
| Saldo em 01.01.2011              | -156.177,61                    | -312.751,09        | -138.227,92               | -121.373,65                | -59.759,15                    | 0,00                   | -788.289,42         |
| Adições                          | -24.555,60                     | -35.646,02         | -34.728,45                | -12.409,22                 | -2.193,48                     | 0,00                   | -109.532,77         |
| <b>Saldo em 31.12.2011</b>       | <b>-180.733,21</b>             | <b>-348.397,11</b> | <b>-172.956,37</b>        | <b>-133.782,87</b>         | <b>-61.952,63</b>             | <b>0,00</b>            | <b>-897.822,19</b>  |
| <b>Quantia escriturada</b>       | <b>238.635,60</b>              | <b>43.444,53</b>   | <b>37.040,97</b>          | <b>23.784,65</b>           | <b>3.612,67</b>               | <b>0,00</b>            | <b>346.518,42</b>   |

Os aumentos verificados no período na rubrica “Ativos fixos tangíveis”, são referentes à realização de obras na parte exterior da escola, nomeadamente a construção e reparação dos muros e calçada, aquisição de portões para as entradas, substituição de equipamentos informáticos e aquisição de um autocarro IVECO com capacidade para 20 passageiros.

**6.2 Depreciações do período:**

| Depreciações do período        | 2012             | 2011              |
|--------------------------------|------------------|-------------------|
| Edifícios e outras construções | 23.961,73        | 24.555,60         |
| Equipamento básico             | 26.932,61        | 35.646,02         |
| Equipamento de transporte      | 22.635,42        | 34.728,45         |
| Equipamento administrativo     | 11.411,20        | 12.409,22         |
| Outros ativos fixos tangíveis  | 492,37           | 2.193,48          |
| <b>Total</b>                   | <b>85.433,33</b> | <b>109.532,77</b> |

**6.3 Depreciação acumulada no final do período:**

| Depreciações acumuladas        | 2012              | 2011              |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Edifícios e outras construções | 204.694,94        | 180.733,21        |
| Equipamento básico             | 375.329,72        | 348.397,11        |
| Equipamento de transporte      | 195.591,79        | 172.956,37        |
| Equipamento administrativo     | 145.194,07        | 133.782,87        |
| Outros ativos fixos tangíveis  | 62.445,00         | 61.952,63         |
| <b>Total</b>                   | <b>983.255,52</b> | <b>897.822,19</b> |

## 7. Locações

### 7.1 Locações financeiras – Locatários

a) *Quantia escriturada líquida por cada categoria de ativo à data de 31-12-2012*

|                         | 2012             | 2011             |
|-------------------------|------------------|------------------|
| Equipamento informático | 0,00             | 4.981,39         |
| Veículos a motor        | 56.448,69        | 22.501,16        |
| <b>Total</b>            | <b>56.448,69</b> | <b>27.482,55</b> |

b) *Reconciliação entre o valor total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:*

|   | 2012             | 2011             |
|---|------------------|------------------|
| Pagamentos mínimos até a um ano                       | 20.283,14        | 14.167,96        |
| Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos | 33.521,96        | 9.563,80         |
| Pagamentos mínimos mais de 5 anos                     | 0,00             | 0,00             |
| <b>Total</b>  | <b>53.805,10</b> | <b>23.731,76</b> |

## 8. Participações financeiras

A empresa detém uma participação de 500,00 euros na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro, sediada na Rua Sá de Albergaria, Bloco E R/C em Tabuaço, para a qual não se conseguiu obter informação contabilística atualizada. Refira-se que, no último período, a empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com as referidas empresas participadas.

Este investimento encontra-se mensurado pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

## 9. Réditos

### 9.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- b) **Juros** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante;



## 9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

### a) Réditos por naturezas

|                        | 2012            | 2011             |
|------------------------|-----------------|------------------|
| Prestações de serviços | 3.688,48        | 7.168,60         |
| Juros obtidos          | 4.398,11        | 4.688,09         |
| <b>Total</b>           | <b>8.086,59</b> | <b>11.856,69</b> |

De referir que todos serviços prestados realizam-se em território nacional, sendo os mesmos respeitantes à reprografia da escola, tendo-se verificado no período uma diminuição dos serviços prestados

## 10. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

### 10.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que serão recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e "intangíveis com vida útil indefinida", são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessário para compensar qualquer perda por imparidade

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.



**10.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo**

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

| Descrição  | Natureza         | 31-12-2012        |             |                            | 31-12-2011        |             |                            |
|--|------------------|-------------------|-------------|----------------------------|-------------------|-------------|----------------------------|
|  |                  | Capitais próprios | Passivo     | Demonstração de resultados | Capitais próprios | Passivo     | Demonstração de resultados |
| Sub. Ao investimento - Obras de ampliação e requalificação da Escola | Não reembolsável | 151.041,63        | 0,00        | 13.731,05                  | 164.772,68        | 0,00        | 13.731,05                  |
| <b>Total</b>   |                  | <b>151.041,63</b> | <b>0,00</b> | <b>13.731,05</b>           | <b>164.772,68</b> | <b>0,00</b> | <b>13.731,05</b>           |

|   | 2012                | 2011                |
|---|---------------------|---------------------|
| POPH - Plano Operacional Potencial Humano | 1.081.696,55        | 1.103.514,49        |
| <b>Total</b>                              | <b>1.081.696,55</b> | <b>1.103.514,49</b> |

A diminuição verificada nos subsídios à exploração encontra-se relacionada com os cortes verificados nos apoios distribuídos, apesar de a escola manter o mesmo número de turmas ativas, o apoio por aluno, nomeadamente com refeições, transporte e alojamento tem vindo a baixar, tendo-se colmatado esta diminuição com uma melhor racionalização dos meios disponíveis.

**11. Acontecimentos após a data do balanço**

**11.1 Autorização para a emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 15 de maio. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

**11.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço**

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuadas ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

**12. Impostos sobre o rendimento**

**12.1 Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos**

| Gastos/rendimentos                           | 2012              | 2011             |
|--|-------------------|------------------|
| Impostos correntes                           | -15154,37         | -7194,53         |
| Impostos diferidos                           |                   |                  |
| Reversão de diferenças temporárias           | 3432,76           | 2746,21          |
| Reforço do PID por alteração da taxa de IRC  | -8238,63          | 0,00             |
| <b>Imposto sobre o rendimento do período</b> | <b>-19.960,24</b> | <b>-4.448,32</b> |



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**12.2 Relacionamento entre Gasto/Rendimento de impostos e Lucro Contabilístico**

*Reconciliação da taxa efetiva de imposto:*

|  | 2012         |                  | 2011         |                  |
|--|--------------|------------------|--------------|------------------|
| <b>Resultado antes de Impostos</b>                   |              | <b>66.940,40</b> |              | <b>46.819,94</b> |
| <b>Imposto calculado à taxa de imposto aplicável</b> | <b>25,0%</b> | <b>16.735,10</b> | <b>20,0%</b> | <b>9.363,99</b>  |
| Efeito fiscal gerado por:                            |              |                  |              |                  |
| Custos não dedutíveis e benefícios fiscais           | -2%          | -1.580,73        | -5%          | -2.169,46        |
| <b>Taxa efetiva do Imposto e Valor de Imposto</b>    | <b>22,6%</b> | <b>15.154,37</b> | <b>15,4%</b> | <b>7.194,53</b>  |

**12.3 Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior**

O imposto sobre o rendimento verificou um aumento de 7.194,53 euros em 2011 para 15.154,37 euros em 2012, correspondente a uma taxa efetiva de imposto de 22,6% em 2012 e de 15,4% em 2011. O aumento da taxa de imposto efetiva é explicado pelo aumento verificado na taxa de imposto.

**12.4 Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio**

O imposto corrente e imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, ao capital próprio.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, os itens debitados/creditados ao capital próprio foram como se segue:

|  | 31-12-2011       | Constituição      |                   | Reversão          |                   | 31-12-2012       |
|--|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|
|  |                  | Resultado líquido | Capitais próprios | Resultado líquido | Capitais próprios |                  |
| <b>Passivos por impostos diferidos</b> |                  |                   |                   |                   |                   |                  |
| Subsídio ao investimento               | 32.954,54        | 0,00              | 8.238,63          | -3.432,76         | 0,00              | 37.760,41        |
|  | <b>32.954,54</b> | <b>0,00</b>       | <b>8.238,63</b>   | <b>-3.432,76</b>  | <b>0,00</b>       | <b>37.760,41</b> |

O passivo por impostos diferidos é relativo ao reconhecimento de um subsídio ao investimento.

No fim do período de 2012, a empresa procedeu à atualização do valor do imposto diferido, para os períodos subsequentes, passando este a ser calculado com base na taxa de IRC de 25%.



*[Handwritten signatures in blue ink]*

**13. Instrumentos financeiros**

**13.1 Bases de mensuração**

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumulada, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

**13.2 Ativos e passivos financeiros**

*a) Ativos financeiros mensurados ao custo menos imparidade*

|   | 31-12-2012        | 31-12-2011        |
|---|-------------------|-------------------|
| <i>Outras contas a receber:</i>             |                   |                   |
| <i>Adiantamentos ao pessoal</i>             | 18,24             | 0,00              |
| <i>Devedores por acrés. de rend. - POPH</i> | 203.996,38        | 63.030,43         |
| <i>Adiantamentos a fornecedores</i>         | 6.722,15          | 0,00              |
| <i>Outros devedores</i>                     | 5.352,85          | 12.487,36         |
|   | 216.089,62        | 75.517,79         |
| <br>Diferimentos                            | <br>8.530,98      | <br>9.741,46      |
| <b>Total</b>                                | <b>440.710,22</b> | <b>160.777,04</b> |

O aumento verificado na rubrica de outras “Outras contas a receber” encontra-se relacionado com o aumento dos rendimentos especializados respeitantes ao subsídio do POPH.

b) *Passivos financeiros mensurados ao custo*

|                               | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|-------------------------------|------------|------------|
| <b>Fornecedores</b>           | 35.508,70  | 19.827,76  |
| <b>Financiamentos obtidos</b> |            |            |
| - Corrente                    | 245.798,46 | 14.167,96  |
| - Não Corrente                | 33.521,96  | 9.563,80   |
|                               | 279.320,42 | 23.731,76  |
| <b>Outras contas a pagar</b>  |            |            |
| - Acréscimos de gastos        | 61.332,31  | 1.449,08   |
| - Outros credores             | 1.991,32   | 1.155,00   |
|                               | 63.323,63  | 2.604,08   |
| <b>Total</b>                  | 378.152,75 | 46.163,60  |

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Guedes".*

O aumento verificado na rubrica de outras "Outras contas a pagar" encontra-se relacionado com o aumento dos financiamentos bancários e com a especialização dos gastos com férias e subsídio de férias do pessoal feito pela primeira vez.

c) *Compromissos de empréstimos*

|                       | 31.12.2012   |            | 31.12.2011   |           |
|-----------------------|--------------|------------|--------------|-----------|
|                       | Não corrente | Corrente   | Não corrente | Corrente  |
| Empréstimos bancários | 0,00         | 145.467,50 | 0,00         | 0,00      |
| Contas caucionadas    | 0,00         | 80.047,82  | 0,00         | 0,00      |
| Locações financeiras  | 33.521,96    | 20.283,14  | 9.563,80     | 14.167,96 |
| <b>Total</b>          | 33.521,96    | 245.798,46 | 9.563,80     | 14.167,96 |

A Empresa possui uma conta caucionada até ao montante de 500.000 euros, contratada junto do *Millennium BCP*, renovada anualmente.

Detém ainda um empréstimo bancário junto da Caixa de Crédito Agrícola, sendo o mesmo amortizável no decurso do período de 2013.

A Empresa tem ainda contratado duas locações financeiras, referentes a três viaturas afetas ao transporte dos alunos, sendo que um termina em 2013 e outro em 2015.



Os financiamentos bancários não reembolsáveis são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos:

|                 | 31-12-2012        | 31-12-2011       |
|-----------------|-------------------|------------------|
| Menos de um ano | 245.798,46        | 14.167,96        |
| 1 a 2 anos      | 12.489,98         | 5.124,21         |
| 2 a 3 anos      | 9.928,99          | 4.439,59         |
| 3 a 4 anos      | 9.863,28          | 0,00             |
| 4 a 5 anos      | 1.239,71          | 0,00             |
| Mais de 5 anos  | 0,00              | 0,00             |
| <b>Total</b>    | <b>279.320,42</b> | <b>23.731,76</b> |

### 13.3 Ativos financeiros dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes

| Ativos financeiros dados como garantia ou penhor | 31-12-2012        | 31-12-2011        |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Aplicações em obrigações</b>                  |                   |                   |
| Super Aforro Millennium - 2008/2013              | 50.000,00         | 50.000,00         |
| Millennium BCP Subordinadas - 2008/2018          | 15.000,00         | 15.000,00         |
| Millennium rendimento premiun- 2008/2013         | 100.000,00        | 100.000,00        |
| Depósito a prazo na CCAM                         | 100.000,00        | 0,00              |
| <b>Total</b>                                     | <b>265.000,00</b> | <b>165.000,00</b> |

- **Obrigações:** Estas três aplicações servem de garantia real sobre a conta caucionada contratada junto do Millennium BCP no montante de 500.000 euros.
- **Depósito a prazo:** serve de garantia a um empréstimo contratado na CCAM no montante de 150.000 euros.

### 13.4 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha um capital social de 50.000 euros, totalmente realizado.

### 13.5 Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha um capital social de 10.000 ações, ao valor nominal de 5 euro por ação.

- O capital social da Empresa, a 31.12.2012, descremina-se como se segue:

| Detentor do capital             | Nº de ações   | Valor nominal | Capital realizado |
|---------------------------------|---------------|---------------|-------------------|
| Câmara Municipal de Sernancelhe | 6.000         | 5,00          | 30.000,00         |
| Liga de Amigos da Esproser      | 4.000         | 5,00          | 20.000,00         |
| <b>Total</b>                    | <b>10.000</b> |               | <b>50.000,00</b>  |



### 13.6 Resultados transitados

Foi decidido que o resultado líquido referente ao ano anterior fosse integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados, de acordo com a ata nº 4 da Assembleia-geral, com data de 9 de Maio de 2012.

No período verificaram-se os seguintes movimentos no capital próprio:

| Descrição                           | Saldo inicial     | Débitos           | Créditos         | Saldo Final       |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Capital                             | 50.000,00         | 0,00              | 0,00             | <b>50.000,00</b>  |
| Reservas legais                     | 10.000,00         | 0,00              | 0,00             | <b>10.000,00</b>  |
| Outras reservas                     | 73.122,09         | 0,00              | 0,00             | <b>73.122,09</b>  |
| Resultados transitados              | 199.776,55        | -3.432,76         | 42.371,62        | <b>238.715,41</b> |
| Outras variações no capital próprio | 131.818,14        | -18.536,92        | 0,00             | <b>113.281,22</b> |
| Resultado líquido do período        | 42.371,62         | -42.371,62        | 46.980,16        | <b>46.980,16</b>  |
| <b>Total</b>                        | <b>507.088,40</b> | <b>-64.341,30</b> | <b>89.351,78</b> | <b>532.098,88</b> |

Os movimentos ocorridos no período, são respeitantes à aplicação do resultado do período anterior, à realização do subsídio ao investimento e à respetiva reversão do passivo por imposto diferido.

No período procedeu-se ainda ao reforço do passivo por imposto diferido associado ao subsídio ao investimento, por força da passagem da taxa de IRC de 20% para 25%, conforme descrito na nota 12.4 do presente anexo.

### 14. Divulgações exigidas por diplomas legais

A administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimentos ao estipulado no Art.º 210º da Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2012, a Empresa não efetuou transações com ações próprias.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



**15. Outras informações**

**15.1 Estado e outros entes públicos**

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

|   | <b>31-12-2012</b> | <b>31-12-2011</b> |
|---|-------------------|-------------------|
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | 5.096,86          | 7.903,45          |
| Contribuições para a segurança social             | 6.352,74          | 7.102,61          |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas  | 17.811,49         | 6.410,66          |
| <b>Total Passivo</b>                              | <b>29.261,09</b>  | <b>21.416,72</b>  |

O aumento verificado no imposto a pagar ficou a dever-se ao acréscimo dos gastos referentes a férias e subsídio de férias referentes ao anterior período (ver nota 15.3) e à alteração da taxa de IRC de 20% para 25%, deixando-se de se verificar uma taxa inferior para os estabelecimentos de ensino.

**15.2 Fornecimentos de serviços externos**

|                                    | <b>2012</b>       | <b>2011</b>       |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Serviços especializados            | 601.756,88        | 589.295,15        |
| Materiais                          | 36.348,68         | 43.903,92         |
| Energia e fluídos                  | 20.328,25         | 23.178,78         |
| Deslocações, estadas e transportes | 277,50            | 278,43            |
| Serviços diversos                  | 38.180,15         | 42.233,69         |
| <b>Total</b>                       | <b>696.891,46</b> | <b>698.889,97</b> |

Os gastos contabilizados na conta de transportes, dizem respeito ao transporte dos alunos. Nesta conta, estão englobados os gastos incorridos com gasóleo, depreciações, seguros, reparações das viaturas e gastos com o pessoal diretamente afeto ao serviço de transporte dos alunos.

**15.3 Gastos com pessoal**

|                                 | <b>2012</b>       | <b>2011</b>       |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | 97.575,07         | 118.196,73        |
| Remunerações do pessoal         | 98.152,09         | 135.656,24        |
| Encargos sobre remunerações     | 45.528,80         | 55.172,98         |
| Seguros                         | 7.354,07          | 7.225,65          |
| Indminizações                   | 5.023,87          | 3.940,18          |
| <b>Total</b>                    | <b>253.633,90</b> | <b>320.191,78</b> |

Apesar do aumento de um funcionário em 2012, passando de 12 funcionários em 2011 para 13 em 2012, houve uma redução significativa nos gastos com pessoal, traduzindo-se



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

em média numa redução de 7.169,84€ por cada funcionário. Esta redução encontra-se relacionada com o corte parcial/total dos subsídios de férias e de Natal no período de 2012, pelo facto da ESPROSER ter como acionista maioritário o Município de Sernancelhe e por conseguinte aplicaram-se os cortes previstos no Orçamento de Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, artigos 21º e 25º alínea 6-), para além dos cortes salariais sofridos com a introdução do orçamento de estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, artigos 19º alínea 1- e alínea 9- q) e t)).

**15.4 Outros rendimentos e ganhos**

|                             | 2012             | 2011             |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Rendimentos suplementares   | 7.650,00         | 5.248,65         |
| Outros rendimentos e ganhos | 55.340,34        | 72.688,90        |
| <b>Total</b>                | <b>62.990,34</b> | <b>77.937,55</b> |

O valor constante da rubrica “Rendimentos suplementares” é referente ao aluguer dos equipamentos do refeitório, enquanto a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” é referente a apoios obtidos de outras entidades nomeadamente do município de Sernancelhe.

**15.5 Outros gastos e perdas**

|              | 2012             | 2011            |
|--------------|------------------|-----------------|
| Impostos     | 1.887,35         | 667,65          |
| Outros       | 24.510,05        | 4.389,41        |
| <b>Total</b> | <b>26.397,40</b> | <b>5.057,06</b> |

A variação verificada na rubrica “Outros” ficou a dever-se ao facto de no corrente período a empresa ter procedido pela primeira vez à especialização dos gastos com férias e subsídio de férias, tendo lançado o gasto incorrido no período em correções relativas a períodos anteriores.



|  | 2012              | 2011             |
|--|-------------------|------------------|
| <b>Juros e rendimentos similares obtidos</b> |                   |                  |
| Juros obtidos                                | 4.398,11          | 4.688,09         |
|  | 4.398,11          | 4.688,09         |
| <b>Juros e gastos similares suportados</b>   |                   |                  |
| Juros suportados                             | -16.379,29        | -11.913,01       |
| Outros gastos e perdas de financiamento      | -7.065,02         | -904,20          |
|  | -23.444,31        | -12.817,21       |
| <b>Total</b>                                 | <b>-19.046,20</b> | <b>-8.129,12</b> |

Verificou-se ainda um aumento significativo no valor dos juros suportados, devido fundamentalmente ao aumento do spread suportado pela ESPROSER nos empréstimos bancários, que passou de 3,5% em 2011 para 5,5% em 2012, no que diz respeito à Conta Corrente.

Sernancelhe, 15 de maio de 2013

**O Conselho de Administração**

*Ana Isabel Brás Chaves*

(Dr.<sup>a</sup> Ana Isabel Brás Chaves - Presidente)

*Rui Jorge Carmo Guedes*

(Dr. Rui Jorge Carmo Guedes - Vogal)

*António Jorge Ribeiro Figueiredo*

(Dr. António Jorge Ribeiro Figueiredo - Vogal)

**O Técnico Oficial de Contas**

*Carlos Manuel da Silva Pereira*

(Dr. Carlos Manuel da Silva Pereira - TOC nº 55.091)